



### Entre o Poder Tripartido e a Realidade Climática Brasileira

#### Autor(res)

Eduardo Augusto Gonçalves Dahas  
Aislara Nunes De Souza

#### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

Após a COP 30, o Brasil enfrenta o desafio de retirar as promessas do papel e transformá-las em leis e ações. É essencial a criação de uma estrutura jurídica interna que garanta o cumprimento das metas de redução de emissões (NDCs). O problema central é que a política ambiental brasileira muitas vezes sofre com falta de recursos e descontinuidade. Dessa maneira, o Direito ganha destaque ao buscar formas de obrigar o Estado a cumprir suas atribuições. A discussão é importante porque a crise climática afeta diretamente direitos básicos, como moradia e saúde, protegidos pela CF/88 exigindo que o sistema jurídico brasileiro se adeque para proteger o futuro e ainda mais pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade.

#### Objetivo

Este trabalho analisa como o Brasil pode cumprir suas metas climáticas após a COP 30. O objetivo é entender como o Poder Judiciário pode ajudar a fiscalizar as políticas ambientais e garantir que os compromissos assumidos pelo governo sejam realmente cumpridos.

#### Material e Métodos

A pesquisa foi feita por meio de análise bibliográfica e estudo de documentos oficiais. Foram analisados os textos do Acordo de Paris, as metas brasileiras apresentadas na COP 30 e decisões importantes do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema ambiental. O método utilizado foi o dedutivo. A análise foca em como as leis vigentes atualmente podem ser administradas para resolver problemas da gestão climática, utilizando como base livros de Direito Ambiental e Constitucional.

#### Resultados e Discussão

Os resultados mostram que o Brasil tem boas leis, mas falha na hora de executá-las. A discussão aponta que o Supremo Tribunal Federal tem sido um ator fundamental, decidindo que o governo não pode simplesmente ignorar o financiamento ambiental. Além disso, a "justiça climática" surge como um tema urgente: as mudanças no clima atingem mais as

# VII CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## Emergência Climática e Estado de Direito: Quem Responde Pelo Futuro?



pessoas em situações de vulnerabilidade, e a lei brasileira precisa prever formas de proteger esses grupos durante a transição para uma economia verde. Conclui-se que a governança climática atual ainda é instável.

### Conclusão

Dessa maneira, para que o Brasil possa avançar para um país onde as condições climáticas estáveis e meio ambiente preservado são prioridade, esses devem ser tratados como primazia constitucional. O Judiciário tem um papel importante em cobrar o Executivo, mas é necessário que as políticas públicas sejam constantes e independentes de mudanças de governo, garantindo assim a segurança jurídica e a proteção do meio ambiente.

### Referências

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADPF 708 (Caso Fundo Clima).